

AL NOTÍCIAS

Distribuição gratuita



Catarinenses discutem questões sociais na Assembléia



Solon Soares

Semana de encontros começou com a audiência pública sobre a legalização do aborto, solicitada pela deputada Odete de Jesus e coordenada pela deputada Ada De Luca, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

A Subcomissão da Lei Geral da Microempresa, presidida pelo deputado Dirceu Dresch, definiu o texto final para a criação do Grupo Gestor em defesa do segmento.

O uso da bicicleta como meio de transporte foi tema de reunião realizada por iniciativa do deputado Pedro Uczai, que ainda coordenou o encontro sobre biocombustíveis em Rio do Sul.

Produtores rurais ligados à Fetaesc também estiveram na Assembléia para reivindicar um salário mínimo estadual de R\$ 480,00.

Encerrando a semana foi realizada, a pedido do deputado Elizeu Mattos, audiência sobre qualidade dos serviços de telefonia.

Agricultores lotaram o hall do Legislativo e o auditório Deputada Antonieta de Barros. Foram recepcionados por deputados no encontro do dia 28

Páginas 6 e 7

ENTREVISTA

Moacir Sopelsa fala sobre seu trabalho como presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Página 4



Alberto Neves

Última audiência pública do Orçamento Regionalizado aconteceu no dia 28, em Rio do Sul. Os deputados presentes comemoraram a grande participação do público

Página 8



Alberto Neves

Em sessões solenes no plenário, Roberto Requião, governador do Paraná, e o empresário Manoel Zaroni Torres receberam títulos de Cidadão Catarinense e Cidasc foi homenageada

Páginas 3 e 5

OPINIÃO

Vida saudável e integração

Ano passado a Assembléia Legislativa aprovou projeto de minha autoria que institui a criação dos Jogos Abertos da 3ª Idade, cuja regulamentação e realização depende de ações de governo. Por isso, no início deste mês participei de reunião dos conselheiros da Fundação Catarinense de Desportos (Fesporte), para defender a implementação da Lei Estadual nº 13.846. Definimos a realização de uma audiência pública, programada para o próximo dia 9, nas dependências da Alesc, cujo objetivo é reunir segmentos interessados e os gerentes de esportes das Secretarias Regionais de Desenvolvimento, que terão importante papel para o sucesso do evento.

A lei visa o estímulo à prática desportiva entre catarinenses da faixa etária acima de 60 anos,

almejando o bem-estar e a saúde dos competidores. Trata-se, obviamente, de competição cujos objetivos não são índices técnicos, como ocorre num Pan ou mesmo nos JASC. Buscamos é sensibilizar quem faz o desporto e os grupos de 3ª idade para uma forma positiva de integrar pessoas que passam a ter mais tempo livre, num período em que costumam deixar o mercado de trabalho, com o benefício da aposentadoria, e tendem a perder em qualidade de vida com a falta de exercício e a reclusão.

Nossa população já conta com 13% de seus cidadãos em faixa etária acima dos 60 anos. A expectativa de vida da gente brasileira, felizmente, já alcança a casa dos 70. Santa Catarina, hoje, tem mais de 500 mil idosos, dos quais 150 mil fazem parte de grupos organizados, com áreas de atuação e

objetivos diversificados.

Chegamos ao atual estágio de desenvolvimento porque as gerações que antecedem quem está no mercado de trabalho deram sua decisiva contribuição. A eles, por isso, devemos respeito pelo compromisso que tiveram com as gerações futuras. E, de outra parte, todos almejamos vida longa com qualidade, o que significa, principalmente, saúde.

Uma competição da 3ª Idade tende a ser regionalizada e deve fomentar amplo debate sobre as modalidades em disputa, mas, certamente, motivará muitos os catarinenses acima de 60 anos. E irá gerar benefícios para o comércio, o turismo e setores de serviços, com repercussão positiva a toda comunidade.

Deputado Antônio Aguiar (PMDB)

Fumicultura: uma questão social

Vários fatores concorrem para justificar o pleito dos fumicultores de todo o país, em especial dos catarinenses, pela aprovação do Projeto de Lei 3.854/97, que tramita há dez anos na Câmara Federal e dispõe sobre a participação dos agricultores no processo de classificação e recebimento do fumo e dá outras providências. Não bastassem as divisas que a cultura gera para o país, terceiro maior produtor e maior exportador mundial do produto, a atividade coloca-se como uma forte barreira para conter o êxodo rural, cada vez maior e mais preocupante. Vale lembrar que a região Sul, com destaque Santa Catarina, responde por 95% da produção nacional de fumo. Cerca de 200 mil famílias se dedicam à atividade, cultivando mais de 400 mil hectares e produzindo algo em torno de uma tonelada.

A intenção dos fumicultores com a aprovação do PL 3.854/97, de autoria do então deputado federal gaúcho Adão Pretto, é acabar com as divergências surgidas entre compradores e vendedores da matéria-prima, quanto à classificação da qualidade do fumo na hora da comercialização. Assim, de acordo com o artigo primeiro do referido Projeto de Lei, "a classificação e recebimento do fumo, de estufa e de galpão, quando da aquisição pelas empresas e firmas industriais, para processamento, exportação e comercialização em geral será efetuada na fonte de produção, com a participação do agricultor-vendedor e da firma ou empresa compradora". Em seu parágrafo terceiro, o Projeto de Lei estabelece que, "em caso de divergência quanto à classificação do fumo, que deverá obedecer às especificações estabelecidas pelo Ministério da

Agricultura, as partes poderão promover a arbitragem através de comissão tripartite, composta por representantes dos agricultores/vendedores, dos empresários compradores e por fiscal do órgão público oficial, em nível estadual e federal".

Assim, conscientes de que precisamos envidar todos os esforços para evitar a intensificação do processo de êxodo rural e de que, para evitá-lo, devemos contribuir para que nossos agricultores vivam com rendimentos dignos provenientes de seu trabalho, cabe agora à classe política e à sociedade como um todo se mobilizar para a aprovação do Projeto de Lei em questão. Não podemos esquecer também que o mesmo agricultor que se dedica ao plantio do fumo produz também muitos alimentos que consumimos diariamente.

Deputado Reno Caramori (PP)

Lista fechada e processo legislativo foram debatidos em Jaraguá

Vereadores, assessores parlamentares e agentes políticos participaram, no dia 26, em Jaraguá do Sul, da quinta etapa do "Ciclo de Debates sobre Formação Política". O evento foi uma promoção da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo, com o apoio da Câmara de Vereadores de Jaraguá. Divresos municípios do Norte do estado estiveram presentes ao evento. A solenidade de abertura contou com a presença do deputado Kennedy Nunes (PP); do prefeito de Jaraguá, Moacir Antonio Bertoldi; da coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Maria E. Vieira Pedrozo; do presidente da União de Vereadores de Santa Catarina (Uvesc), vereador Rui Mendonça, e do presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, vereador Rudolfo Gesser.

Kennedy disse que fez questão de prestigiar o evento porque conheceu neste ano o trabalho suprapartidário de formação e de qualificação que a Escola do

Legislativo desenvolve e porque também foi vereador, e sabe, portanto, que ele é o agente político mais próximo do cidadão.

Gesser, por sua vez, enfatizou a necessidade de reverter a questão da diminuição do número de vereadores e citou como exemplo a cidade de Jaraguá, que tem aproximadamente 140 mil habitantes e conta com 11 vereadores enquanto que cidades com número bem menor de moradores têm a mesma quantidade de representantes no Legislativo. "Na nossa visão, o vereador é a base de sustentação do parlamento." Para o prefeito Bertoldi, o ciclo é muito importante para preparar e dar mais segurança aos legisladores na hora de tomar atitudes.

A sexta etapa fechará o ciclo neste primeiro semestre e será realizada na cidade de Treze Tílias, no dia 6 de julho. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas pela internet no endereço www.alesc.sc.gov.br/escola e as informações obtidas pelo telefone (48) 3221-2828.

[AGENDA]

• **2 de julho, 9h30:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública "Semana dos Direitos Humanos: discussão de implantação do Conselho Estadual de Direitos Humanos"

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **2 de julho, 19 horas:** Comissão de Justiça - Audiência pública para discutir a majoração do índice de reajuste das taxas dos terrenos de Marinha

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **3 de julho, 19 horas:** Sessão solene em homenagem à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil

Local: Plenário Osni Régis

• **5 de julho, 14 horas:** Audiência pública sobre aplicação dos recursos constitucionalmente previstos para Ciência e Tecnologia

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Assembléia concede títulos de Cidadão Catarinense

Outorgas foram entregues ao governador do Paraná, Roberto Requião, e ao presidente da Tractebel, Manoel Zaroni Torres

O Plenário Osni Régis recebeu, no dia 25, dois novos catarinenses. Por iniciativa da Mesa Diretora, a partir de um projeto de lei do ex-deputado Cesar Souza (DEM), o primeiro a receber o título de Cidadão Catarinense foi o governador do Paraná, Roberto Requião. A sessão solenidade contou com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira, deputados estaduais e federais, entre outras autoridades.

Presente ao ato, Cesar Souza falou sobre o Projeto de Lei nº 179/04, aprovado pela Casa e sancionado pelo governador em 2005. De acordo com o parlamentar, a proposta é conceder o Título de Cidadão Catarinense a Roberto Requião por seu gesto como cidadão e homem público, pela postura correta, isenção e justiça com que atuou nas funções de governador do Paraná e senador da República, e em reconhecimento pelo espírito solidário manifestado às vítimas catarinenses atingidas pelo furacão Catarina, em março de 2004. "Na época, Requião determinou o envio de força-tarefa para ajudar no auxílio às vítimas, além de lonas e telhas para a recuperação das re-

sidências atingidas pelo furacão", salientou.

Para o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), a homenagem é mais do que justa.

Uma vez que os tempos políticos são avaliados apontando pontos positivos e negativos, se sobressai o homem político que resgata a postura de atitudes corretas.

"Requião atendeu as vítimas e fez mais do que o possível para suprir as necessidades dos atingidos", lembrou. Blasi recordou ainda que, em seu terceiro mandato como

governador, Requião conquistou seus méritos.

Na visão do homenageado, receber um título dessa categoria da Assembléia Legislativa catarinense "é como receber uma homenagem da família".

Solidariedade

O governador Luiz Henrique também aproveitou a oportunidade para enaltecer o seu colega de partido pelo atendimento às 30 mil famílias atingidas pelo furacão em diferentes municípios, principalmente no Sul do Estado. "Seu gesto é prova de como o estado do Paraná vem sendo bem tratado. Essa é a segunda vez que o Paraná se mostra solidário com Santa Catarina, pois nas décadas de 40 e 50 recebeu muitos catarinenses que buscavam uma oportunidade de trabalho", lembrou.

Ao finalizar a solenidade, Luiz Henrique entregou a Requião o título de cidadão catarinense e o ex-deputado Cesar Souza, juntamente com o deputado Cesar Souza Júnior (DEM), entregaram ao governador do Paraná uma placa em reconhecimento ao seu mérito.



Fotos: Carlos Kilian

Requião recebeu placa do ex-deputado Cesar Souza, do deputado Cesar Souza Júnior e do governador Luiz Henrique

De Minas Gerais para Santa Catarina

O mineiro de Itajubá Manoel Arlindo Zaroni Torres recebeu o título de Cidadão Catarinense por iniciativa do deputado Clésio Salvaro (PSDB). Desde 1999 Zaroni preside a Tractebel Energia, maior empresa privada de geração de energia do país, com sede em

Florianópolis e empreendimentos em usinas hidrelétricas e termelétricas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e escritório em São Paulo, além da construção da usina Hidrelétrica São Salvador, em Tocantins.

Formado engenheiro pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG), Zaroni se especializou em Administração Geral pelo Cedep Insead, em Fontainebleu, na França. Clésio Salvaro justificou a homenagem. "Zaroni orgulha a nossa gente, o nosso estado e a nossa pátria", resumiu.

O parlamentar também citou algumas ações do presidente da Tractebel nas áreas social e ambiental. "Nos oito anos como presidente, a empresa firmou convênios voltados para as crianças em área de risco como o Complexo Ilha Criança, em Florianópolis, e o Jovem Criança em Tubarão. Outro trabalho importante feito por ele foi a parceria com o setor carbonífero que gerou quatro mil empregos diretos e 20 mil indiretos. Ele tem um espírito solidário, voltado para as questões ambientais. Merecidamente recebe hoje o título de cidadão catarinense."

Em parceria com Salvaro, o ex-deputado estadual e atual deputado federal Djalma Berger (PSB/SC) também propôs a solenidade. Conforme ele, o trabalho prestado pelo homenageado é extraordinário. "Agradecemos por ter mantido a sede da empresa em Florianópolis e por manter cerca de 70% do quadro de funcionários composto por catarinenses", destacou.

Zaroni agradeceu a homenagem, o reconhecimento dos parlamentares e a hospitalidade dos catarinenses. Durante seu discurso, enfatizou que ficou encantado com as belezas e a gente de Santa Catarina. "Cheguei aqui em setembro de 1998 e hoje estou completando oito anos como presidente da Tractebel. Agradeço em nome da minha família o acolhimento, delicadeza e carinho. É um povo que prima pela nobreza em tudo o que faz."

Ele reforçou que 70% da organização desenvolve atividades no estado, através de usinas hidrelétricas e termelétricas. "Cabe-me honrar a minha nova cidadania e conciliar o desenvolvimento econômico, ambiental e social, que significará uma mudança no estado, com uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais. É necessário dar atenção especial às crianças", finalizou.

Zaroni recebeu das mãos de Salvaro e Djalma o título de Cidadão Catarinense. A sessão foi presidida pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), e contou com a participação de vários parlamentares e autoridades, entre elas o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), o presidente do Tribunal de Contas, José Carlos Pacheco, o presidente da Celesc, Eduardo Pinho Moreira, e do presidente do BRDE, Casildo Maldaner.



Título foi entregue a Zaroni por Clésio Salvaro e Djalma Berger

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Moacir Sopelsa (PMDB)

“Agricultura viverá um forte impulso”

Deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, acredita que a adesão de Santa Catarina ao Suasa vai incrementar os investimentos na área rural. Mas defende cuidado com o meio ambiente



Carlos Kilian

Rodrigo Viegas

AL Notícias – Qual o principal desafio da Comissão de Agricultura e Política Rural?

Moacir Sopelsa - A comissão tem um trabalho importantíssimo para desenvolver. Todas as ações e matérias que envolvem agricultura e políticas rurais que tramitam na Casa são analisadas nesta instância. Também tem a incum-

bência de realizar audiências públicas e discutir a política da agricultura no estado. Outro grande desafio que temos é participar efetivamente de um projeto que venha ordenar a questão da preservação do meio ambiente em Santa Catarina.

AL Notícias – Como o deputado avalia o processo de adesão do estado ao Sistema

Unificado de Atenção à Sanidade Animal (Suasa)?

Moacir Sopelsa - Santa Catarina faz este trabalho há mais de 30 anos. Quando secretário de Estado da Agricultura, no primeiro mandato de Luiz Henrique, tive a oportunidade de incrementar esta ação, estruturar melhor o Estado com médicos veterinários e uma maior assistência técnica, o que possibilitou buscar este certificado de estado livre da febre aftosa sem vacinação. Isso nos dá oportunidade de tratar de negócios com o mundo todo, o que vai poder confirmar o potencial que temos, principalmente, para o comércio de carne suína e aves.

AL Notícias – A agricultura familiar será beneficiada com este sistema?

Moacir Sopelsa - Toda agricultura catarinense será beneficiada. Isso porque nós vamos ter muitos de nossos produtos enquadrados em um critério de inspeção federal, dentro do estabelecido por muitos países que têm interesse de importar produtos catarinenses. Condição, aliás, que contribui para a liberação de preços no nosso mercado interno. Estas ações oferecem vantagens para os produtores rurais e não será diferente com

o agricultor familiar. A adaptação das pequenas indústrias poderá contar com formas de subsídios proporcionados pela Secretaria de Agricultura, ou através dos investimentos do Pronaf e do Banco do Brasil. Sem dúvida haverá um impulso na atividade.

AL Notícias – Como o deputado avalia o sistema de cooperativas desenvolvido em Santa Catarina?

Moacir Sopelsa - O estado tem um setor cooperativista com muita força, representativo, bem estruturado e organizado, transparente e que envolve milhares de produtores e suas famílias. O setor é um exemplo para o país. Em recente viagem que fizemos verificamos que nada devemos às cooperativas da Europa. Ao contrário, considero nosso sistema mais democrático e com maior participação do produtor. O sistema de cooperativas oferece a oportunidade de agregar valor e dividi-lo com os produtores, num exemplo de participação efetiva. Mas vamos trabalhar ainda mais para fortalecer este tipo de iniciativa que, no caso do ramo agropecuário, contribui para conter o êxodo rural.

AL Notícias – Quais foram as principais ações da Comissão nesta legislatura?

Moacir Sopelsa - Foram várias, mas destaco a preocupação com a preservação do meio ambiente; a regulamentação das leis de inspeção; a implantação de cooperativas ao lado das entidades, sindicatos e associações organizadas; e a organização de políticas para Santa Catarina, como a do Seguro Agrícola. Nossas ações foram no sentido de melhorar e oportunizar uma estrutura eficiente ao nosso produtor, concedendo uma política de segurança para os preços do leite, dos suínos, das aves, da maçã, de banana, cebola, alho, por exemplo. Uma criação de políticas não de protecionismo, mas de proteção para a comercialização e para o lucro do produtor.

AL Notícias – Como é a relação da Comissão com o Executivo?

Moacir Sopelsa - Já tivemos muitos pleitos, solicitados pela Comissão de Agricultura, atendidos pelo Poder Executivo, embora tenhamos a total consciência de que são poderes distintos e independentes. Muitas matérias tratadas foram arrematadas pelo Executivo e transformadas em projetos de lei. O relacionamento é o mais estreito possível, sempre com respeito aos espaços de cada um.

Saiba mais

Nome: Moacir Sopelsa

Idade: 59 anos

Natural de: Concórdia

Partido: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Região que representa: Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (Amauc)

Atividade: Agropecuarista

Legislaturas: Vereador de Concórdia entre 1982 e 1989 e Prefeito de Concórdia entre 1993 e 1996. Está em sua terceira legislatura como deputado estadual.

Comissão de Agricultura e Política Rural

Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)

Vice Presidente: Reno Caramori (PP)

Membros: Dirceu Dresch (PT), Gelson Merísio (DEM), Marcos Vieira (PSDB), Romildo Titon (PMDB) e Sargento Amauri Soares (PDT)

Chefe de Secretaria da Comissão: Sônia Maria da Silveira

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas (quinzenal)

Email: agricultura@alesc.sc.gov.br

Telefone: 3221.2578

Localização: Térreo

São atribuições ou áreas de atividade da Comissão de Agricultura e Política Rural, cabendo-lhe, sobre elas, exercer a sua função legislativa e fiscalizadora:

I - política agrícola e questões fundiárias;

II - política de desenvolvimento rural, participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento e transportes;

III - planejamento agrícola (agropecuária, agroindústria, pesca e florestas);

IV - preservação e recuperação ambientais no meio rural;

V - meios de financiamento do desenvolvimento da pequena propriedade rural;

VI - política pesqueira, desenvolvimento da pesca e das comunidades pesqueiras;

VII - normas sobre a atividade pesqueira;

VIII - participação das entidades representativas na definição da política pesqueira;

IX - acompanhamento de programas de reforma agrária no Estado;

X - elaboração e execução, pelo Estado, de programas de financiamento de terras, participação dos trabalhadores, produtores, cooperativas e outras formas de associativismo rural, observado o plano plurianual;

XI - definição, na lei de diretrizes orçamentárias, de recursos para os programas de financiamento de terras;

XII - destinação de terras públicas e devolutas, de acordo com suas condições naturais e econômicas, à preservação ambiental ou a assentamentos de trabalhadores rurais;

XIII - respeito às cláusulas do contrato de concessão de uso de terras públicas; e

XI - recursos humanos e financeiros para o turismo.

GERAL

Cidasc, Conselho de Medicina Veterinária e Icasa têm trabalho reconhecido

Órgãos conseguiram elevar Santa Catarina ao status de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação

O Parlamento catarinense realizou, na noite do dia 26, uma sessão solene em homenagem aos empregados, técnicos e dirigentes da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), e aos parceiros, Conselho de Medicina Veterinária e Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (Icasa). O evento foi uma comemoração à conquista pelo estado de Santa Catarina do Certificado Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, outorgado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em 25 de maio deste ano.

Representantes do segmento marcaram presença no ato comemorativo, como o secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Antônio Ceron, representando o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Gécio Humberto Meller, presidente da Cidasc, Plínio Smiderle, presidente da Associação dos Servidores da companhia, Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, e Gerson Catalan, presidente do Icasa.

O deputado Marcos Vieira (PSDB), proponente da sessão, enal-



Presidente da Associação dos Funcionários da Cidasc, Plínio Smiderle, recebeu a placa do deputado Marcos Vieira

teceu o trabalho de todos os profissionais envolvidos na conquista. "O Certificado Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação significa progresso e abertura de novos mercados, tendo como consequência o aumento da produtividade e o surgimento

de novos postos de trabalho. Este é um importante passo para movimentar toda a engrenagem econômica do nosso estado", observou. Marcos Vieira falou do esforço incondicional de homens e mulheres que trabalharam e construíram uma história de esforços e

conquistas, acrescentando: "Com o certificado, Santa Catarina selou um compromisso com o mundo e, para honrá-lo, precisamos manter o trabalho e essa parceria, preservando a condição sanitária alcançada".

Plínio Smiderle frisou os 42 anos

de luta para que o estado pudesse desfrutar do atual momento. "O resultado do nosso trabalho está alicerçado na prestação de serviços da Cidasc. Trabalhamos com presteza, agilidade e mobilização na área animal e vegetal, buscando, permanentemente, a melhor qualidade".

Em nome da Cidasc, Gécio Meller falou do orgulho pessoal, profissional e funcional que está vivendo. "Nossa responsabilidade aumentou, pois a manutenção do certificado será tão difícil quanto a sua obtenção", ressaltou. O representante do Icasa, Catalan, defende investimento público para a manutenção do trabalho, enquanto Moacir Tonet, do Conselho de Medicina Veterinária, enalteceu a qualidade do trabalho desenvolvido. Por sua vez, Antônio Ceron transmitiu a todos o reconhecimento do Estado pelo excelente trabalho realizado pela Cidasc e seus parceiros, numa luta de longos anos.

Os homenageados receberam placas e certificados ao som do coral da Casa, contando também com a presença dos deputados Antônio Aguiar, Romildo Titon e Moacir Sopelsa (PMDB), José Natal Pereira (PSDB) e Reno Caramori (PP).

Taxa sobre terrenos de marinha causa reação

Duas ações estão sendo impetradas pelo Partido Democratas (DEM), solicitando a revisão da cobrança de taxa pela ocupação de terrenos de marinha: uma ação civil pública, junto ao Ministério Público Federal, e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), esta através do Diretório Nacional do partido. As ações foram motivadas pela majoração de até 1.000% no valor da taxa.

O anúncio foi feito no dia 25, em entrevista coletiva na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa, pelo deputado Cesar Souza Júnior, junto com o presidente da Casa, deputado Julio Garcia, deputado Onofre Agostini, o deputado federal Paulo Bornhausen, todos do DEM, e o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Jean Kuhlmann. Moradores da Lagoa da Conceição acompanharam a entrevista e mostraram os carnês com a majoração.

Já no dia 27, Cesar Júnior esteve em Brasília, acompanhado do sena-

dor Raimundo Colombo e do deputado federal Paulo Bornhausen. Ele protocolou, através do Diretório Nacional do DEM, duas ações contra o aumento da taxa de ocupação de terrenos de marinha e para exclusão, definitiva, da cobrança sobre os terrenos localizados na Ilha de Santa Catarina e de São Francisco do Sul. As ações foram ajuizadas como pedido de liminar. "O que significa que, caso consigamos ganho de causa, todos os aumentos serão cessados e que os terrenos localizados na Ilha de Santa Catarina e de São Francisco do Sul serão excluídos dessa cobrança abusiva, de acordo com o que estabelece a Constituição", explicou.

Cesar Souza esclareceu que as ações estão baseadas em decisão da 5ª Vara da Justiça Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, que julgou o recurso procedente, abrindo jurisprudência para os demais casos. Também atento ao assunto, o deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo,



Democratas questionam reajustes de até 1.000% e movem ações em que pedem a revisão da cobrança

solicitou ao procurador-chefe do Ministério Público Federal em Santa Catarina, Walmor Alves Moreira, a adoção de medidas judiciais que determinem a suspensão de "co-

brança de foro, taxa de ocupação e laudêmio" dos imóveis considerados terrenos de marinha situados nas ilhas de Santa Catarina e de São Francisco, respectivamente sedes

dos municípios de Florianópolis e São Francisco do Sul.

No dia 2 de julho, no Plenarinho da Assembléia, haverá uma audiência pública sobre o tema.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Assembléia recebe seis grandes encontros sobre temas polêmicos

Assuntos foram dos mais diversos e atraíram a participação popular, demonstrando que a sociedade catarinense deseja discutir seus destinos

A semana de 25 a 29 de junho foi de grande atividade na Assembléia Legislativa que abriu espaço para debates de temas polêmicos, atuais e de interesse público. O grande número de participantes nos eventos confirma que cada vez mais a sociedade catarinense se interessa em discutir seu próprio destino e que vê no Poder Legislativo o espaço onde pode obter respostas às suas expectativas.

A primeira audiência pública da semana aconteceu no Plenarinho Paulo Stuart Wright, na manhã do dia 25, reunindo representantes de diversos segmentos da sociedade para discutir a legalização da prática do aborto como questão de saúde pública. O encontro foi proposto pela deputada Odete de Jesus (PRB) e ocorreu sob a presidência da deputada Ada De Luca (PMDB), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Funda-

mentais, de Amparo à Família e à Mulher. Entre os participantes estavam o médico Joel de Andrade, da Secretaria de Estado da Saúde, o bispo evangélico Ireno Lucas, presidente do Conselho das Entidades Religiosas de Santa Catarina, e a coordenadora do Núcleo de Educação e Prevenção da Secretaria de Estado da Educação, Valda Mendonça Dias.

Segundo dados apresentados no encontro, no Brasil são realizados cerca de 1,2 milhão de abortos por ano e muitos casos acabam em morte por complicações. "Sou contra o aborto, mas temos que pensar nos casos de estupro, incesto e de feto anencéfalo. A legalização do aborto envolve ética, valores, cultura e espiritualidade", declarou Ada. Para Odete de Jesus, o tema exige uma grande discussão, já que a prática do aborto acontece com diferentes

motivações, mas, legalmente, só é permitido nos casos de estupro e de risco de morte para a mãe. "No Senado existem três projetos sobre o tema, um deles prevê a realização de um plebiscito nacional", informou. Contrário à legalização do aborto, o representante do Conselho das Entidades Religiosas disse que, se houver plebiscito, a legalização não será aprovada, porque "a maioria da população é temente a Deus e é a favor da vida". O médico Joel de Andrade disse que o aborto não deveria existir. "É preciso educar as mulheres e informá-las sobre o parto e livre acesso aos métodos contraceptivos", declarou.

A Comissão de Direitos e Garantias da Assembléia vai remeter um resumo do encontro ao Congresso Nacional, com o posicionamento de Santa Catarina sobre o assunto.

Definido o texto para a criação do Grupo Gestor em defesa das MPEs



Participantes também buscam formas de manter o crédito do ICMS no estado

Após cinco audiências públicas pelo estado, o grupo de trabalho formado para discutir e elaborar o texto do decreto que cria o Comitê Estadual da Lei Geral da Microempresa se reuniu no dia 27, na Assembléia Legislativa, para a redação final. O texto criado tem como objetivo consolidar o Grupo Gestor na Legitimação da Luta em Defesa das Micro e Pequenas

Empresas (MPEs) e será enviado ao governador, que o submeterá à aprovação da Casa Legislativa após sua avaliação.

A Subcomissão da Lei Geral da Microempresa é coordenada pelo deputado Dirceu Dresch (PT) e o grupo de trabalho é formado por representantes da Federação das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc), Federação das Associações Em-

presariais de Santa Catarina (Facisc), Federação das Empresas de Transporte de Carga de Santa Catarina (Fetrancesc), Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC/SC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/SC) e do governo do estado.

Além da definição do texto, outros assuntos foram discutidos, como a busca de formas de manter o crédito de ICMS no Estado, o teor do texto original da Lei Geral do Super Simples, bem como da elaboração pela Subcomissão de sugestões colhidas nas cinco audiências realizadas sobre tema, a serem encaminhadas ao Comitê Gestor Nacional, assim como a solicitação para a prorrogação do prazo para a lei entrar em vigor, de 1º de julho deste ano para 1º de janeiro de 2008.

Na oportunidade estavam presentes, além dos representantes do segmento e o coordenador da Subcomissão, os deputados Sílvio Dreveck (PP), Elizeu Mattos (PMDB) e o professor Sérgio Grandó (PPS).



Produtores foram recebidos no auditório e no hall da Assembléia

Agricultores pedem salário de R\$ 480,00 em Santa Catarina

Quase mil agricultores foram recebidos em audiência pública, na manhã do dia 28, na Assembléia Legislativa. Eles participam, em Florianópolis, do Grito da Terra e também de um protesto pela demora no envio de projeto, pelo governo, para criar o salário mínimo estadual. Liderados pelo presidente em exercício da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Hilário Gottseling, e pelo presidente licenciado, Antoninho Rovaris, que está na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), os agricultores querem a aprovação de um salário mínimo de R\$ 480,00 em Santa Catarina.

Para que seja possível o estabelecimento do salário mínimo estadual, é necessário que o governador do Estado elabore um projeto de lei com essa especificação. Feito isso, o projeto é enviado ao Legislativo para apreciação.

Receberam os agricultores o presidente da Comissão de Trabalho e Serviços Públicos da Assembléia, deputado Onofre Agostini (DEM), o deputado Sérgio Grandó (PPS), que também integra a comissão, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura, e o deputado Herneus de Nadal (PMDB). Na abertura da audiência, Nadal disse que os agricultores têm

o apoio do Legislativo em seu pleito, que considerou justo, e vai garantir mais conforto e qualidade de vida a todos. Sopelsa avalia que a agricultura de Santa Catarina é pioneira e precisa valorizar os trabalhadores rurais. "Tenho consciência de que, como secretário da Agricultura, não consegui tudo aquilo que vocês precisavam, mas tenham certeza de que continuo arregaçando as mangas para lutar por todos esses ideais", disse Sopelsa.

Também falaram em nome dos agricultores e do movimento de reivindicação do salário mínimo estadual o diretor da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina (Fecesc), Ivo Castanheira, o presidente da Força Sindical, Rolf Decker, representante da CUT-SC, Liliana Pisk, o presidente da Federação dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Ensino do Estado (Feteesc), Moacir Pedro Rubini, o diretor da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário, Carlos Alberto Baldissera.

O supervisor técnico do Dieese, José Álvaro Cardoso, fez uma explanação sobre a proposta de implantação do salário estadual no valor reivindicado. Disse que o valor de R\$ 480,00 é viável e que, como nos outros sete estados em que já existe, como Rio Grande do Sul e Paraná, houve incremento no comércio, na indústria e no nível de emprego.

Bicicleta e biocombustíveis: melhor para as cidades

Está comprovado. Usar a bicicleta para se locomover de um ponto a outro da cidade é economia de dinheiro, de tempo, de gastos com saúde e é melhor para o meio ambiente. Trechos de até 8 quilômetros, muitas vezes, são percorridos mais rapidamente em uma bicicleta do que em um carro. Convictos de todas essas questões, ciclistas de Florianópolis solicitaram e o deputado Pedro Uczai (PT) promoveu uma audiência pública para discutir a bicicleta como meio de transporte, as ciclovias, a legislação e o Plano Diretor de Florianópolis. O encontro resultou em inúmeras reivindicações que serão apresentadas oficialmente pelo parlamentar.

Participaram do evento o presidente do IPUF, Ildo Rosa, o diretor de Planejamento e Orçamento do Deinfra, Saliba Nader Júnior, a presidente da Associação dos Ciclistas da Grande Florianópolis (Viaciclo), Giselle Noceti Ammon Xavier, além de Eduardo Green e Fábio Veronese, do Movimento Bicicleta, e os deputados Reno Caramori (PP) e professor Sérgio Grandó (PPS).

Uczai disse que esta é uma iniciativa coletiva que irá mobilizar milhares de pessoas. Ele lembrou que o uso da bicicleta inclui um melhor uso do solo urbano, até hoje feito em função da especulação imobiliária, que programa os rumos das cidades. "As estradas e ruas ainda são feitas para os carros e precisamos mudar isso", con-

siderou o parlamentar que está elaborando um projeto de lei para criar o título de "Município Amigo da Bicicleta".

Green apresentou em um telão um diagnóstico da mobilidade por bicicleta em Santa Catarina. O estado já tem cidades onde o uso do veículo é grande: Joinville, Timbó, Blumenau, Pomerode e Itajaí.

Energia renovável

Na manhã do dia 28, aconteceu, em Rio do Sul, mais uma audiência pública sobre biocombustíveis. Organizado pela Comissão de Constituição e Justiça e presidido pelo deputado Pedro Uczai, autor de cinco projetos sobre o tema, o encontro reuniu pesquisadores, agricultores, lideranças políticas e interessados nos benefícios da energia renovável. O direcionamento da produção para a pequena agricultura familiar é o ponto forte dos projetos debatidos.

O parlamentar salientou que a preocupação é garantir a inclusão de Santa Catarina neste processo sem perder de vista que a produção de alimento é a principal virtude do Brasil. Os projetos buscam combater a monocultura, defendendo uma política que alie a produção de energias renováveis à de alimentos. Em julho serão realizadas as três audiências restantes sobre biocombustíveis, nas cidades de Capinzal, Abelardo Luz e São Miguel do Oeste.



Odete de Jesus propôs a discussão sobre o aborto e informou sobre a proposta de um plebiscito nacional

Reclamações sobre telefonia fixa e móvel mobilizam deputados



Encontro reuniu representantes do Procon, da Anatel e Ministério Público

Na tarde do dia 28, no Auditório Antonieta de Barros, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais realizou uma audiência pública sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel e fixa, requerida pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB).

O encontro discutiu o elevado número de reclamações em relação aos serviços e ao atendimento prestados pelas concessionárias de telefonia e estipulou uma diretriz para buscar medidas e soluções que visem sanar os problemas identificados. Estiveram presentes, além de diversos deputados e agentes políticos, representantes das empresas

de telefonia, da Anatel, do Procon e do Ministério Público.

No início do encontro, Mattos apresentou levantamento feito pela comissão contendo as principais reclamações dos consumidores: inscrição indevida no SPC e no Serasa, débito não autorizado em conta corrente, instalação de linha não solicitada, contestação de ligações, pedido não atendido de cancelamento de linha, fatura entregue após a data do vencimento, deficiência ou falta de informações pelas operadoras, bloqueio indevido de linha telefônica, oferta anunciada e não cumprida, subtração de crédito

de celular e não entrega de contrato ao cliente.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo na Assembléia, lembrou do impedimento do Poder em legislar sobre o tema. O deputado Edson Piriquito (PMDB) sugeriu o encaminhamento de um documento à bancada catarinense na Câmara Federal buscando apoio para a matéria. Os deputados professor Sérgio Grandó (PPS) e Moacir Sopelsa (PMDB), também manifestaram a importância do papel da Casa na mediação do impasse.

A defasagem no atendimento das concessionárias foi o ponto principal da abordagem do gerente do Procon de Santa Catarina, Sidney Parisoto. O coordenador estadual do Centro de Promotorias do Consumidor, Jackson Goldoni, foi enfático ao afirmar que o Ministério Público busca a defesa coletiva do consumidor, sempre que é procurado.

A Anatel teve em seu gerente geral, Fernando Pádua, a oportunidade de responder as críticas e informou que está acontecendo uma visível queda de reclamações, com exceção dos problemas relacionados à cobrança e ao cancelamento. "O sistema de cobrança, com a implantação de minutos em lugar de impulsos, vai facilitar o entendimento e a fiscalização do usuário", ponderou.



No hall do Legislativo, ciclistas mostraram que estão organizados

Orçamento Regionalizado encerra roteiro

Último encontro reuniu representantes das regionais de Ituporanga, Ibirama, Taió e Rio do Sul, cidade anfitriã

Na última audiência pública do Orçamento Regionalizado (OR), realizada no dia 28 na Universidade do Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), em Rio do Sul, foram escolhidas as prioridades a serem incluídas no Plano Plurianual 2008-2011 (PPA), sendo que três farão parte do Orçamento Estadual do próximo ano. A reunião, organizada pela Comissão de Finanças e Tributa-

ção, foi presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Nos grupos de trabalho, representantes dos conselhos de Desenvolvimento Regional e entidades regionais de Rio do Sul, Ituporanga, Ibirama e Taió elencaram obras e ações públicas que consideram fundamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

Segundo Mello, as reivindicações colhidas nas nove audi-

ências públicas do Orçamento Regionalizado serão amplamente discutidas pela Comissão de Finanças, sendo, posteriormente, encaminhadas para compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o PPA e o Orçamento. As reuniões foram realizadas, entre os dias 11 a 28, em São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Lages, Joinville, Blumenau, São José, Criciúma e Rio do Sul.

Tramitação

No dia 10 de julho, a Comissão de Finanças se reunirá para a análise e votação do parecer final da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)

Nesta data, a LDO já estará com as emendas colhidas durante as reuniões do Orça-

mento Regionalizado.

A votação em Plenário vai acontecer nos dias 17, 18 e 19 de julho.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhada ao Poder Executivo no dia 20 de julho.

Em Rio do Sul, maior número de participantes

Ao abrir os trabalhos o deputado Jorginho Melo (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e coordenador do Orçamento Regionalizado, salientou que as audiências públicas buscaram o melhor resultado possível no atendimento a população.

Entre os presentes estavam deputados estaduais, vereadores e prefeitos da região. De acordo

com o deputado Jaison Lima (PT) "esse é um momento democrático que precisa ser aproveitado". Já a deputada Odete de Jesus (PRB) vê o orçamento como uma jornada de trabalho onde os anseios da população estão sendo apreciados.

Os deputados Pedro Uczai (PT) e Sargento Soares (PDT) salientaram que um dos propósitos des-

ses encontros é buscar cada vez mais recursos para o Orçamento. O deputado José Natal Pereira (PSDB) ressaltou que esta foi a audiência com o maior número de autoridades do segmento. Para Silvio Dreveck (PP) "o papel da Assembléia é fiscalizar e do Poder Executivo é apoiar as reivindicações das comunidades".

Ao destacar o avanço nos trabalhos do Orçamento de 2008, o deputado Renato Hinnig (PMDB) esclareceu que o governador Luiz Henrique da Silveira, (PMDB) junto com seu secretariado, garantiu que as ações apresentadas nas audiências serão prioritárias. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Jean Kulmann, o Orçamento Regionalizado é peça chave para o governo, pois através dele o Executivo tem acesso às necessidades da população que participa das audiências em busca de melhor qualidade de vida. "Estou aqui para levar ao governo estadual as prioridades definidas", afirmou.

Prioridades: Saúde, transporte e saneamento básico

Regional de Rio do Sul:

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Rio do Oeste/Taió;
- Centro de Oncologia para Hospital Regional de Rio do Sul e ampliação dos leitos na UTI;
- Implantação de rede coletora de esgoto sanitário nos municípios da regional.

Regional de Ituporanga:

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Vidal Ramos/Botuverá/ Imbuia SC-302 (rodovia do cimento);
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Atalanta/Ituporanga;
- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Petrolândia (BR-282).

Regional de Ibirama:

- Implantação da UTI Hospital Miguel Couto;
- Acesso asfáltico Presidente Getúlio a Rio do Sul (Itou-pava);
- Construção do edifício-sede da SDR Ibirama.

Regional de Taió:

- Ligação asfáltica Taió/Mirim Doce/BR 470;
- Aquisição de equipamentos para o Hospital de Rio do Sul, para tratamento de oncologia;
- Criação em Taió do pólo de tratamento de média e alta complexidades;
- Ligação asfáltica do município de Santa Terezinha/SC-477.



Reunião teve expressiva participação de lideranças políticas regionais

Programa de reciclagem ultrapassa meta



O Programa Consciência Limpa, implantado pela Assembléia Legislativa com o intuito de estimular a prática de separação adequada de todo o material utilizado na Casa, passou por sua primeira avaliação. Com apenas 15 dias e a meta de atingir o índice de 70% de separação correta, os primeiros resultados do programa foram muito positivos.

De acordo com o coordenador dos Recursos Materiais da Assembléia, Luiz Antonio Fabro, responsável pelo Consciência Limpa, a adesão dos servidores e visitantes foi muito boa e, como

resultado, a meta de coleta adequada foi ultrapassada, chegando aos 77%. "Definimos uma meta tangível e, ao mesmo tempo, desafiadora. Ainda assim o índice de adequação nos surpreendeu." Fabro disse ainda que o período crucial, de adaptação dos funcionários à separação do lixo, se estende pelos primeiros 90 dias. "Após esse período, a consciência sobre a necessidade da separação do lixo estará consolidada."

Após o lançamento do programa, que aconteceu no Dia Mundial do Meio Ambiente, foram capacitados 65 avaliadores

(funcionários efetivos) e todos os visitantes passaram a receber material impresso sobre o Programa Consciência Limpa. Para incentivar ainda mais a adesão, serão distribuídos também botons com a logomarca do programa e sacolas para coleta de lixo em veículos. Além disso, será realizado um pregão presencial para a compra de lixeiras específicas para a separação, a serem distribuídas em todas as salas da Assembléia.

O técnico legislativo Jailton Dias Cunhas é um dos avaliadores do programa e visitou os ambientes do Corpo da Guarda

e das procuradorias de Finanças e Jurídica. "Não tive qualquer problema. As pessoas foram receptivas, solícitas e estão aderindo ao programa naturalmente, entendendo que este é um assunto sério." Já a psicopedagoga Gicela Aguiar Santana, da Coordenadoria de Saúde, está levando a experiência para casa. "Sempre era chamada a atenção por não separar o lixo. Mas como tenho que aderir a esta prática no trabalho, nada mais natural que estenda a mesma consciência para a minha casa. É uma iniciativa importante", comentou.

COMISSÕES

Projetos aprovados pela CCJ

- **PL nº 190/07** - proíbe a restrição de pessoas inscritas nos cadastros dos sistemas de restrição ao crédito por empresas, quando em processo de seleção para admissão ao mercado de trabalho;
- **PL nº 159/07** - declara patrimônio histórico, artístico e cultural do estado os murais localizados nos colégios industriais de Lages e de Florianópolis;
- **PL nº 170/07** - dispõe sobre a implementação de sistemas de natureza através da criação de "telhados verdes" em espaços urbanos de Santa Catarina. Os referidos telhados verdes atuariam na proteção e minimização das ilhas de calor;
- **PL nº 126/07** - autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), no valor de R\$ 3.072.963,00. Matéria aprovada com emenda modificativa do deputado João Henrique Blasi (PMDB), retirando o valor da rubrica dos encargos gerais do Tesouro Estadual e repassando para a Cohab;
- **PL nº 103/07** - autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Tubarão para a Associação Edson Bez Filho;
- **PL nº 154/07** - autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Morro da Fumaça para a instalação de programas sociais do município;
- **PL nº 176/07** - proíbe a cobrança prévia de taxa para cadastramento de currículo em agências de emprego, inclusive as virtuais, em Santa Catarina;
- **PL nº 151/07** - propõe que o Serasa, o SPC e quaisquer outros órgãos de cadastros negativos sejam obrigados a comunicar ao consumidor, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento (AR), quando da negativação de seu nome;
- **PL nº 70/07** - proíbe comercialização e uso de brometo de metila em Santa Catarina. A matéria foi aprovada com o acatamento de duas emendas aditivas do deputado Onofre Agostini (DEM), autorizando o uso do produto nos tratamentos quarentenários e fitossanitários para fins de importação e exportação em zonas primárias dos portos, aeroportos, estações aduaneiras e alfândegas do estado e estabelecendo proibição do produto nos tratamentos de embalagens de madeira e seus afins no trânsito internacional de mercadorias;
- **PL nº 28/07** - altera o parágrafo único do artigo 41 da Lei Complementar nº 90, de 1993, que institui o Plano de Carreira, Cargos e vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário; e
- **PL nº 183/07** - institui no Estado de Santa Catarina o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social à Gravidez Precoce e Juvenil destinado a crianças, adolescentes e jovens gestantes.



Entre os projetos aprovados está o que proíbe a cobrança de taxa para cadastro de currículos por agências de empregos

Justiça retoma trabalhos

Na primeira reunião após recesso para audiências do Orçamento Regionalizado, deputados da Comissão analisaram 36 matérias

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça da manhã do dia 26, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), 36 matérias foram apreciadas pelos parlamentares, entre aprovações de projetos e requerimentos para a realização de audiências públicas, diligências e pedidos de vista. Estiveram presentes na reunião os deputados João Henrique Blasi e Renato Hinnig, do PMDB, Cesar Souza Júnior (DEM), Narcizo Parisotto (PTB), Padre Pedro Bal-

dissera (PT), Marcos Vieira (PSDB) e Joares Ponticelli (PP).

Na oportunidade, também foram aprovados dois requerimentos para a realização de audiências públicas. O primeiro, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), para debater, em Joinville, dia 12 de julho, sobre a expressiva majoração do índice de reajuste relativo ao tributo especificado para pagamento das taxas anuais à União referente à ocupação de terrenos

de marinha. O Projeto de Lei nº 27/07, que altera o número de desembargadores do Tribunal de Justiça, na forma do parágrafo único do artigo 82 da Constituição do Estado, será discutido em audiência pública conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviço Público, no dia 3 de julho, conforme requerimento aprovado pelos parlamentares presentes.

Comissão de Agricultura conhece Energia Verde

Por proposição do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), os dirigentes da empresa Energy Sul estiveram na Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), para apresentar o projeto *Energia Verde*, em implantação na região Norte catarinense.

Segundo o diretor administrativo da empresa, Almir José de Aguiar, serão produzidos e comercializados produtos energéticos a partir de policulturas de origem vegetal no sistema de plantação em minifúndios - álcool, energia elétrica e açúcar -, para abastecer a região Sul e exportar para a Europa e Japão. "Será o primeiro pólo alcooquímico do Brasil", disse. As unidades estão sendo projetadas

para Ilhota, Imbituba e Sombrio. A previsão é de que sejam assentadas cerca de mil famílias, com renda média anual superior a R\$ 36 mil. A geração de impostos ultrapassará os R\$ 30 milhões por ano.

Almir informou que a produção será mecanizada e que toda a palha que não for usada na alimentação de animais poderá ser utilizada como combustível nas caldeiras da usina. "As sobras da produção industrial, quer seja na forma líquida ou sólida, são excelentes adubos e fertilizantes para as lavouras, já que contêm elementos químicos benéficos à agricultura", explicou.

A usina começa a funcionar em 2008, com a moagem de 400 mil toneladas de cana na safra. Até 2012 o incremento previsto é de 40%.

Finanças aprova parcelamento de multas de trânsito

Uma das matérias aprovadas na reunião do dia 27 da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), foi o substitutivo global da deputada Odete de Jesus (PRB) ao Projeto de Lei nº 44/07, do deputado Kennedy Nunes (PP), que institui o parcelamento das multas de trânsito no estado. A medida prevê que o parcelamento entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, para que seja possível respeitar as formalidades legais e financeiras.

Segundo Odete, o parcelamento permitirá aos contribuintes com menor poder aquisitivo

o cumprimento de suas obrigações financeiras e, ao mesmo tempo, possibilitará ao Estado um aumento significativo dos recursos arrecadados. "O projeto não estabelece qualquer tipo de isenção, anistia ou renúncia de receitas e nem mesmo altera a competência de arrecadação de qualquer multa aplicada", esclareceu a parlamentar.

A Comissão de Finanças ratificou o que já havia sido aprovado na reunião do dia 26 da Comissão de Constituição e Justiça, de realização, em 3 de julho, de audiência pública conjunta dessas duas comissões, mais a de Trabalho, Adminis-

tração e Serviço Público, para debater o Projeto de Lei Complementar nº 27/07, do Tribunal de Justiça, que altera o número de desembargadores do TJ, de 40 para 50 magistrados.

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 47/07, do deputado Manoel Mota (PMDB), que proíbe a realização de eventos de moda com modelos que apresentem IMC (Índice de Massa Corpórea) abaixo do nível aceito pela medicina. "Pretendemos com essa iniciativa contribuir com a campanha mundial de combate à anorexia, que acomete muitas modelos", justificou Mota.

Aprovado

Criada a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal

A Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal será comemorada, anualmente, na semana do dia 23 de outubro, data marcada pelo Dia Estadual de Combate às Doenças Renais. A semana foi inserida ao calendário oficial de eventos de Santa Catarina, por iniciativa do deputado Darci de Matos (DEM), autor do Projeto de Lei nº 95/07, aprovado na sessão plenária do dia 26.

A proposição estabelece que o Executivo, a Secretaria da Saúde e os órgãos voltados à saúde se encarregarão de criar o programa relativo ao tema. Constarão da Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal seminários, aulas, palestras, concursos, cartazes e outras mídias que contribuam para a divulgação do projeto.

Em sua justificativa, Darci de Matos informa o alarmante crescimento dos problemas renais, determinado por doenças sistêmicas que secunda-

riamente lesam os rins, como a arterosclerose (doença crônica degenerativa) e o diabetes. O diagnóstico precoce dessas alterações renais cria perspectivas de interrupção ou lentidão na perda de função renal. Destaca que a idéia é conscientizar as pessoas da necessidade do diagnóstico precoce, já que nos últimos anos o número de pacientes com insuficiência renal crônica tem crescido no mundo e no Brasil. Matos esclarece ainda que o exa-



Darci de Matos: diagnóstico

me de creatinina, um dos mais importantes mecanismos de diagnóstico dos rins, tem preço irrisório na tabela do SUS.

Prevenção

Segundo os profissionais da saúde, as estratégias de prevenção devem ter por metas detectar indivíduos de risco para o desenvolvimento de doença renal crônica; prevenir o início da doença renal crônica nos indivíduos susceptíveis, através da mudança de estilo de vida; detectar os indivíduos que se encontram em estágios iniciais da doença renal crônica; prevenir a progressão da doença renal crônica através de intervenções; desenvolver e aplicar diretrizes diagnósticas e terapêuticas; alertar o público, os profissionais de saúde e os responsáveis por políticas de saúde para o problema e criar recursos e estruturas para dar assistência aos indivíduos acometidos.

Deputados lamentam morte de Caio Pisani

O falecimento de Caio Pisani, empresário do ramo do papel e celulose, reflorestamento e comércio de veículos, foi mencionado pelo deputado Onofre Agostini (DEM) com muito pesar. Amigo íntimo do empresário, o parlamentar afirmou que o estado perde um grande homem. "Pisani ajudou a indústria de Santa Catarina a se desenvolver. Era um grande homem, de caráter e muito sucesso", disse.

Onofre informou que o empresário, nascido em Tangará, no Meio-Oeste, faleceu num acidente automobilístico na Cordilheira dos Andes, no Chile. Pisani tinha 60 anos e era engenheiro químico, pós-graduado em Administração. Era diretor-presidente do Grupo Imaribo, produtor de uvas e vinhos, além de criador de caprinos.

O deputado Jorginho Mello (PSDB) também demonstrou o seu pesar afirmando que Caio era de uma simplicidade imensurável. "Tratava todos os seus funcionários de forma igualitária. Sempre lutava por eles. Era um homem de caráter e merece todo o nosso respeito".

Já o deputado Gelson Merísio (DEM) lamentou a morte do empresário e afirmou que Pisani deixa um grande legado para Santa Catarina. Sob seu comando estavam 4 mil empregados diretos das empresas em que atuava. O deputado Romildo Titon (PMDB), anunciou em plenário que está entrando com projeto para dar o nome de Pisani à rodovia SC-458, que liga os municípios de Ouro e Jaborá, que tem o seu asfaltamento sendo feito hoje por iniciativa do empresário.

Carne catarinense pode chegar a novos mercados

Mota lembra vistoria feita nas obras da BR-101



Herneus: missão na Europa

A missão que esteve na União Européia, entre os dias 3 e 15 de junho, para ampliar negócios e abrir novos mercados para produtos de origem animal no estado, foi relatada pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), que acompanhou a delegação de cooperativistas. Os deputados Moacir Sopelsa (PMDB) e Reno Caramori (PP) também fizeram parte da equipe.

O grupo era formado ainda por dirigentes de cooperativas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, e pelo secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron. "Fomos muito bem tratados por possuímos o certificado de região livre de aftosa sem vacinação. Esse intercâmbio valoriza o nosso produtor", disse.

Moacir Sopelsa também destacou a importância da visita afirmando que é a oportunidade para Santa Catarina alcançar maior espaço no mercado. "Agora só depende de nós".

Na sessão plenária do dia 27, o deputado Manoel Mota (PMDB) lembrou a vistoria feita nas obras de duplicação do trecho Sul da BR-101, realizada exatamente há dois meses por uma comitiva com mais de 40 vereadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que compõem o Fórum Permanente que acompanha a obra.

O deputado relatou que após a vistoria, representantes do fórum estiveram com o ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento. "Ele nos garantiu que o Morro do Formigão será licitado no segundo semestre deste ano". O ministro também encaminhou soluções para a ponte de Cabeçudas, em Laguna, que terá 1.5 quilômetros, e para o túnel no Morro dos Cavalos.

De acordo com Mota, a comissão continuará a fiscalizar as obras da BR-101, "para que ela seja um orgulho para o governo e para os usuários".



Mota: trabalho continua

Petista está preocupado com a situação das bolsas do artigo 170

A falta de repasse do governo do Estado para as bolsas do Artigo 170 foi mencionada pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT) durante a sessão do dia 26. O parlamentar lembrou que se aproxima o período de matrículas, processo ameaçado pelo atraso no repasse.

Segundo Baldissera, nenhuma parcela das bolsas de 2007 foi quitada e as parcelas de 2006 só foram quitadas neste ano. "Os alunos ainda não sentiram a ação e a sensibilidade por parte dos gover-

nantes no repasse desse dinheiro. Eles precisam dar uma resposta às universidades e aos estudantes".

O deputado Joares Ponticelli (PP) também falou sobre o problema e informou que o reitor da Unisul, Gerson Luiz Joner da Silveira, conclamou os alunos para que reivindicuem o pagamento das bolsas. "Os recursos para o Artigo 170 deste ano foram divididos em oito parcelas. Se todas as parcelas fossem pagas em dia, ainda ficariam devendo duas parcelas."



Baldissera: prazo para matrículas

Ponticelli fala sobre eletrificação rural

Preocupado com a suposta cobrança a ser aplicada pelo Poder Executivo com relação à eletrificação rural existente ao longo das rodovias estaduais, o deputado Joares Ponticelli (PP) foi à tribuna, no dia 26, para manifestar sua posição com relação ao tema. Declarou que o governador Luiz Henrique da Silveira ficou de encaminhar à Casa um projeto de lei para tratar do assunto, porém informou que só retira o projeto de sua autoria se a matéria estiver

de acordo com os interesses dos associados da eletrificação rural.

Para o parlamentar, a cobrança pelo espaço ocupado pelos postes que iluminam as rodovias é um absurdo, uma vez que a Celesc não quis prestar esse serviço conquistado pelas cooperativas de eletrificação rural. "Essa cobrança vai prejudicar as cooperativas que não terão caixa para suprir essa despesa, e isso acarretará nas contas do consumidor", frisou.



Ponticelli: cobrança questionada

PLENÁRIO



Carlos Kilian

Charles Pires, representante do Sintrase, condiciona o êxito do movimento à mediação do Legislativo

Servidores públicos buscam apoio dos parlamentares

A sessão ordinária do dia 26 foi interrompida por dez minutos para que o representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrase), Charles Pires, fizesse um relato sobre a manifestação dos servidores públicos municipais que terminou em confusão no final da manhã do dia 15, no prédio do Pró-Cidadão, centro da Capital

Segundo Charles, a categoria está em greve há aproximadamente 15 dias. Neste período os grevistas foram aos prédios públicos conchamar os funcioná-

rios para que ocorressem mais adesões, já que a administração municipal não está cumprindo o acordo coletivo. "Queremos que a Assembléia Legislativa seja mediadora para que possamos ter êxito em nossa manifestação e finalize a greve."

O sindicalista falou sobre o que ocorreu na sexta-feira enquanto mostrava o vídeo com as imagens do tumulto. "Recebemos uma repressão muito forte da Polícia Militar, numa tentativa de criminalizar os movimentos sociais. A depredação do patrimônio público não foi feita pelos manifestantes

e sim pela própria polícia", comentou. Os funcionários públicos reivindicam um reajuste salarial de 9,84%. Porém, a contraproposta do governo é de 3,27%.

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) apóia as manifestações e foi solidário ao pronunciamento do sindicato durante a sessão. Já o deputado Dirceu Dresch (PT) parabenizou os manifestantes pela pauta de reivindicação e por não se curvarem às ameaças. O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) também ocupou a tribuna solidário a todas as reivindicações da classe.

Dresch aborda audiência sobre fumicultura

A audiência pública que aconteceu no dia 25, em Canoinhas, no Planalto Norte, realizada pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para discutir o Projeto de Lei nº 3.854/97, que dispõe sobre a participação dos agricultores no processo de classificação e recebimento do fumo, foi mencionada pelo deputado Dirceu Dresch

(PT). Ele apresentou uma moção de apoio à aprovação a lei.

Segundo Dresch, a discussão desta proposta é muito importante para os agricultores da região Sul do país. Em Santa Catarina, envolve cerca de mil fumicultores que ficarão fortalecidos após a discussão e mudança da legislação e relação entre produtores e indústrias. "Esta atividade envolve mais de 200 mil famílias na região Sul, em pequenas propriedades".

Para Dresch, o maior problema está na necessidade de construir uma relação entre o governo federal e os produtores. "Neste caso, o Executivo atua como um juiz, intermediando e controlando a relação".

O deputado Serafim Venzon (PSDB) acrescentou que os agricultores vêm dando uma grande contribuição para a economia. "Falta levar para lá as ações de desenvolvimento", completou.



Dresch: baixa remuneração

Rádio Caçanjurê comemora 59 anos

Os 59 anos de Fundação da Rádio Caçanjurê, localizada em Caçador, foi comemorada pelo deputado Reno Caramori (PP). "Mais de meio século de tradição respeitando os costumes da região. O compromisso com o jornalismo local também é muito grande."

Fundada por Lucas Volpi e Osni Schwartz, a emissora foi destruída em um incêndio em 1948, mas voltou a funcionar em 1950. "Até hoje a rádio tem buscado cada vez mais a aproximação com o ouvinte e demonstra participação ativa no progresso da região."

Um pequeno gesto. Um grande resultado é o slogan do projeto *Bebê Natureza*, que será lançado neste dia 29, aniversário da rádio. Conforme o projeto, cada mãe que tiver seu filho nos hospitais de Caçador receberá uma muda de árvore. O objetivo do projeto é diminuir o desmatamento contínuo de grandes áreas.

[GABINETES]

BESC PÚBLICO E COM AUTONOMIA

A Bancada do PT recebeu no dia 26, na Assembléia, a visita de dirigentes da Associação Movimento BESC Público – Ambesc. A organização é uma iniciativa de funcionários da instituição, com o apoio da sociedade, pela defesa da autonomia do BESC no processo de incorporação ao Banco do Brasil. O movimento tem o apoio dos deputados do PT e já conta com mais de mil associados. A Ambesc reivindica a preservação da autonomia do BESC por um período mínimo de dez anos.

A preocupação dos funcionários é evitar que a incorporação seja tratada pelo Banco do Brasil apenas pela lógica de mercado, sem a garantia de manutenção dos empregos e das agências, principalmente as que funcionam nos municípios menores e podem ser menos lucrativas. O líder da bancada petista, Padre Pedro Baldissera, vai articular com o colegiado de líderes na Assembléia o envio de moção ao presidente da República, ao Congresso Nacional e ao presidente do BESC, em defesa da preservação do BESC público e com autonomia. (Lisandrea Costa, assessora da bancada do PT)

PACTO FEDERATIVO

A deputada Ada De Luca (PMDB) destacou, na sessão ordinária do dia 26, as vantagens do municipalismo e pediu uma revisão do pacto federativo. A parlamentar fez um relato do crescimento da carga tributária de 24,61% entre os anos de 1991 e 2001, enquanto que na divisão dos recursos arrecadados a participação dos estados caiu de 28,23% para 26,50%; e dos municípios, de 16,41% para 14,20%. "Ao mesmo tempo em que vimos os recursos minguarem, as obrigações de estados e municípios ficam cada vez maiores, sejam em infra-estrutura ou políticas sociais que busquem equacionar a desigualdade dentro de cada cidade", concluiu.

A deputada lembrou que esta disparidade provoca "uma verdadeira romaria de prefeitos, vereadores e outras lideranças, de pequenas, médias e até grandes cidades na busca de recursos para resolver problemas singelos". Ainda durante o pronunciamento, Ada falou que é necessário estabelecer uma nova racionalidade de políticas públicas, redefinir o papel da União, estados e municípios. (Patrícia Jacomel, assessora da deputada Ada De Luca)

PRODUTORES CULTURAIS

O deputado Jailson Lima da Silva (PT) recebeu na noite da quarta-feira (27) artistas de todo o estado para uma reunião. Estiveram presentes gestores dos Pontos de Cultura e também produtores culturais que pretendem se inscrever para o programa do governo federal, para uma troca de experiências. O encontro aconteceu na sala de reuniões das comissões, na Assembléia Legislativa. O Legislativo recebe também, no dia 1º de agosto, representante do Ministério da Cultura, Célio Turino, para uma reunião pública sobre Pontos de Cultura. Ele vai falar sobre a implantação de novos espaços em Santa Catarina e detalhar as formas de se apresentar um projeto cultural para receber o apoio do governo.

Ponto de Cultura é uma iniciativa de Ministério da Cultura que incentiva pessoas ligadas à área a manter seus espaços e oferecer bolsas e cursos aos cidadãos. (Lucilene Juncek, assessora do deputado Jailson Lima da Silva)

CONDECORAÇÃO PELO TJ/SC

Juntamente com outras 23 personalidades, o Deputado Onofre Santo Agostini, (DEM) receberá comenda do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado de Santa Catarina, grau "Mérito" Judiciário. O Desembargador Pedro Manoel Abreu, Presidente do TJ, comandará a entrega no mês de outubro, por ocasião da passagem do 116º aniversário de instalação do Judiciário Catarinense.

Onofre receberá a medalha por ajudar e contribuir pelo engrandecimento da Justiça de Santa Catarina. "Estou honrado e realizado em poder fazer parte da história da Justiça do nosso estado, sempre trabalhando em prol do bom senso, da vida em comunidade e na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna", concluiu Agostini. (Jucimar José Lazare, assessor do deputado Onofre Santo Agostini)

COMUNIDADE

Documentos da Assembléia serão transcritos em Braille

Uma impressora especial vai garantir que os deficientes visuais tenham acesso ao material produzido na Casa

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), assinou em plenário, na sessão do dia 27, um convênio com o governo do

Estado de Santa Catarina, através da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), para transcrição de documentos em Braille. A parceria firmada garante

que textos de interesse social, como o material produzido pelo Parlamento catarinense, sejam disponibilizados às pessoas com deficiência visual, possibilitando

acesso à informação e o fortalecimento da cidadania.

Para viabilizar a transcrição, a Assembléia Legislativa cede à FCEE, em regime de comodato, uma impressora Braille, enquanto a Fundação disponibiliza pessoal para trabalhar com o equipamento e material de consumo. O equipamento, de alto custo, será de grande valia, já que a fundação possui apenas uma máquina do gênero para atender todo Estado.

Cidadania

O presidente da Casa manifestou a importância da assinatura. "Um convênio da mais alta significação para os deficientes visuais e a sociedade em geral". Garcia também destacou que a Assembléia de Santa Catarina "dá um exemplo de Parlamento moderno" e repartiu as honras com os demais deputados que, segundo ele, "com ênfase apoiaram a ação e, em nenhum momento, colocaram óbice para que se chegasse a este resultado".

Em seu pronunciamento, a

presidente da FCEE, Rosane Vailatti, disse que "a educação especial assume a cada ano importância fundamental na perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de transformação e democratização, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação e o exercício de sua plena cidadania".

Vailatti agradeceu "a visão de grande alcance social do Parlamento catarinense e o espírito de homens públicos modernos".

A presidente da FCEE destacou a importância do trabalho conjunto das instituições. "A busca de parcerias representa uma importante alternativa na concretização de ações. Possibilita o fortalecimento das dinâmicas de trabalho entre as instituições do governo do Estado, gerando impacto na ampliação dos benefícios sociais, promovendo assim a melhoria continuada da qualidade de vida da população", afirmou.

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente da FCEE, Rosane Vailatti (e), elogiou a iniciativa. Para Julio Garcia, Parlamento dá exemplo de modernidade

Estudantes e professores participam de projeto do Legislativo

A Escola do Legislativo lançou, no dia 28, o projeto *Educação para a Cidadania: Construindo um Novo Olhar*. O projeto será realizado de agosto a dezembro por meio de atividades com estudantes, como redação, visitas a órgãos governamentais e não-governamentais, momentos de estudos, palestras, discussão e reflexão. Na abertura do evento, o presidente da entidade, deputado Joares Ponticelli (PP), destacou a importância de aproximar a juventude do Legislativo para a formação de cidadãos mais conscientes.

O evento aconteceu no Auditório Deputada Antonieta de Barros. Participam, nesse primeiro momento, estudantes dos níveis Fundamental e Médio do Instituto Estadual de Educação (IEE), que serão monitorados por acadêmicos da Universidade Federal

de Santa Catarina (UFSC) e do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (Cesusc), parceiros deste projeto piloto.

A solenidade contou ainda com as presenças do professor Luiz Antônio Grocoski, diretor-geral do IEE, representando o governo do Estado; do desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, presidente da Escola de Pais de Florianópolis; do presidente do Conselho Estadual de Educação, Adélcio Machado dos Santos; da professora Jessi Helena Josten de Oliveira, presidente da Associação Catarinense de Professores (ACP); do superintendente do Instituto Carl Hoepke, Max José Müller; do diretor do Cesusc, Edmundo Lima de Arruda Júnior, e do diretor de Ensino do IEE, Vendelim Borguesa.

Vendelim Borguesa, do IEE,

disse que esta é uma oportunidade única para a unidade escolar propiciar o debate com os jovens e fortalecer a democracia. "Este projeto vai permitir formar a consciência crítica, justa e correta sobre política entre os estudantes."

O projeto tem a primeira palestra marcada para o dia 2 de agosto, com o tema *O que é política? A participação do jovem na política*, que será associada à leitura e análise de textos, leitura crítica do jornal AL Notícias e elaboração de relatório.

Durante a solenidade também foi assinado um protocolo de intenções para futuras atividades conjuntas entre a Escola do Legislativo e a Escola de Pais do Brasil, seccional de Florianópolis, Associação Catarinense de Professores e o Instituto Carl Hoepke.



Ponticelli: Importância de aproximar jovens e Assembléia